

Esta Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, a Revista da ANPAE, como é também identificada na comunidade educacional brasileira, vem com este número completar seu volume 17, assim alcançando, novamente, o caráter de continuidade e de atualização, o qual permite, junto com outros importantes predicados editoriais, seu pleno credenciamento como um periódico acadêmico-científico de âmbito nacional. Em busca deste reconhecimento, mais um elemento de normalização é acrescentado: a data de recebimento e início do processamento editorial de cada artigo ora publicado. Esta informação, adicionada às demais que temos intencionalmente deixado públicas em anteriores editoriais e que, por certo, também não escapariam a olhares mais atentos às políticas de produção intelectual, logicamente é indicativa de alguns dos desafios que ainda temos à frente, tanto em termos de estrutura institucional editorial como das condições de trabalho acadêmico no Brasil. A dimensão destes desafios, para nós da ANPAE e da comunidade acadêmico-científica deste setor de conhecimento e prática profissional, pode ser avaliada face aos condicionantes e às estratégias que o esforço coletivo conseguiu até agora realizar para a sua superação. Como creio que não seria este o espaço e momento mais adequado para um balanço mais pormenorizado, com a devida perspectiva histórica, situacional e prospectiva, opto por propor que nos comprometamos com esta tarefa em futuro próximo e por tomar a iniciativa de sugerir apenas alguns dos eixos que poderão ser nela considerados.

Pelo traço longitudinal recorro o marco de 1983, em que circulou o primeiro número da então Revista Brasileira de Administração da Educação, gestada como um inovador projeto de nossa Associação, à época sob a presidência de Benno Sander. Portanto, em 2003 estaremos completando 20 anos daquela ousadia, que – assim penso – há de merecer alguma(s) nova(s) ousadia(s) para sua comemoração. No entanto e portanto, é preciso notar que este volume 17, corresponde ao ano de 2001, quando poderíamos estar numerando-o como o volume 19. Sinal de anteriores problemas de periodicidade e algum tropeço na sistemática de produção... – que devem ser superados com a estratégia divisada pela atual Presidente da ANPAE, Rinalva Cassiano Silva, de esforço em paralelo, com a publicação dos números de 2002 enquanto se finalizava o volume 17.

O início de nossa Revista foi motivado pela noção de que, por força da qualificação de especialistas, então habilitados nos cursos de Pedagogia, havia demanda por um periódico semestral que promovesse a sua educação continuada e também, de outra parte, pela noção de que a expansão da pós-graduação e da pesquisa no país, já proporcionava massa crítica suficiente para que à editoria fossem submetidos artigos em quantidade e qualidade que permitissem uma rigorosa seleção de matérias. Hoje, quando acompanhamos o notável crescimento da escolarização, das exigências de qualificação dos profissionais da educação e, em particular dos dirigentes dos sistemas e instituições de ensino, *pari passu* ao crescimento e adensamento da pós-graduação em Educa-

ção, sem correspondentes efeitos na oferta de artigos para nossa Revista, podemos repensar aquela anterior estimativa e, principalmente, problematizar sobre nossas condições de produção intelectual tanto quanto sobre as condições de produção das edições acadêmico-científicas no Brasil, situando a área de Política e Administração da Educação e a RBPAE neste contexto. Com franqueza, tenho dito que carecemos de uma ação mais decisiva de pedagogia editorial, seja para estimular a produção intelectual ou para oferecer a potenciais autores a oportunidade de desenvolver qualidades de formação teórica, metodológica e de comunicação. Importa, ainda, neste campo, observar que começam a chegar contribuições de colegas portugueses e sul-americanos, enriquecendo o universo analisado e teorizado, e demonstrando estimulantes padrões técnico-editoriais; mas estas ainda são poucas. Também, não conseguimos ainda publicar aqui traduções de autores e textos de maior impacto no cenário regional e mundial, tornando-os mais acessíveis à comunidade escolar nacional; inversamente também enfrentamos barreiras, posto que ainda não conseguimos estabelecer laços de intercâmbio que levem ao reconhecimento da produção brasileira pela reprodução ou tradução de artigos publicados pela ANPAE, em periódicos estrangeiros. Estes parecem-me desafios importantes para o alargamento dos horizontes de formação e pesquisa em nossa área de conhecimento.

A dimensão e o perfil do quadro de assinantes e leitores é outro aspecto que merece igual exame crítico, com base em dados e informações de potenciais clientelas. A tiragem da Revista ainda está balizada pelo quadro social da ANPAE, sem substancial incremento nos números de assinantes individuais e institucionais, ou de vendas avulsas. No entanto, algumas perspectivas estão sendo abertas, com o apoio do Conselho Deliberativo da ANPAE, buscando-se a aquisição de alguns lotes da RBPAE por secretarias de educação, o que poderá exemplificar a importante prática de assinaturas de periódicos para as bibliotecas escolares e das instituições de formação de educadores, e vendas avulsas encabeçadas por algumas seções estaduais e vice-presidências regionais da ANPAE – todos estes mecanismos imprescindíveis para a democratização do acesso ao conhecimento, objetivo do aumento da tiragem.

A partir destas preocupações com a análise do passado e do presente com vistas ao futuro, para que continuemos a progredir com a Revista, formam-se os comentários editoriais específicos deste número. Saliento a presença de novos autores na RBPAE, junto a duas figuras que de há muito emprestam apoio editorial, seja integrando o Conselho Editorial ou a consultoria *ad hoc*, ou ainda como autores. A todos devo e quero publicamente renovar os agradecimentos pela contribuição e parabenizar pelas temáticas e pela forma como se propuseram a abordá-las.

Temos em tela 8 artigos, que puderam ser agrupados sob dois temas gerais: a Gestão Escolar e a Avaliação Institucional. Além destes, na Sessão Especial, fica consignada a conferência de abertura do XX Simpósio Nacional de Política e Administração da Educação, realizado em Salvador, em novembro de 2001.

Os 5 artigos sobre Gestão Escolar abordam a evolução da política educacional, que

reflete tendências do pensamento econômico-político e administrativo mais amplo. Para começar, Flávia Werle revisa a mudança ocorrida na designação dos dirigentes de unidades de ensino, de diretor a administrador e a gestor escolar, exemplificando a trajetória com discursos oficiais e de profissionais, além dos preceitos teóricos em que emergiram. A seguir, apresenta-se o texto de Maria Aparecida da Silva que retoma a análise da dinâmica sócio-política contemporânea a partir do conceito de participação e deixa-nos provocações para a continuação do debate sobre a problemática da participação na gestão escolar. O contexto desta problemática não é outro que o abordado por José Albertino Lordêlo, ao realizar seus estudos sobre descentralização e o que foi denominado de publicização, na experiência de reforma estrutural em escolas da Bahia. A seção sobre Gestão Escolar conta, ainda, com dois textos que enfocam a reforma no sistema estadual de ensino de Minas Gerais. Maria José Mattos e José Roberto Perez produziram uma análise do múltiplo conjunto de políticas implementadas, destacando a finalidade de promover a autonomia das escolas e as limitações deste modelo. Enquanto Mara Rúbia Marques esquadrinha as relações entre instituições, conhecimento e poder para chamar atenção ao sentido e à lógica daquela reforma educacional.

Na seção sobre Avaliação Institucional os 3 artigos incidem sobre um dos mecanismos centrais das reformas em curso nos sistemas de educação, no país, tomando como objeto tanto as motivações gerais da Avaliação Institucional, tanto na Educação Básica como na Superior, tanto em âmbito de instituições como de sistemas de ensino. Assim Eloiza Gomes de Oliveira e Marly Costa posicionam o Exame Nacional de Cursos, o Provão, entre discursos oficiais, problemas de implementação e a resistência política dos estudantes. Vera Peroni trata do tema revisando alguns teóricos e o discurso do MEC, apontando a questão política do controle. Já o último texto, pela autoria de Cláudia Rodrigues e José Luiz Ribeiro apresenta mais uma revisão teórico-conceitual do tema, focalizando a Avaliação Institucional das universidades e possíveis significados desta para a região latino-americana.

O pano de fundo de todos estes artigos são os novos escopos de atuação do Estado e da sociedade, na dinâmica de reformas do Estado, com viés neo-liberal, e de expansão do acesso à escola para todos, na perspectiva de democratização do conhecimento e das condições de qualidade de vida social e de sustentabilidade. Conquanto, entre si e com muitos outros trabalhos publicados anteriormente na RBPAE e em outros periódicos acreditados no país, estes 8 artigos em alguma medida sobreponham algumas idéias e a análise de algumas mesmas experiências, evidenciem também os muitos espaços que ainda restam, à espera de análise metódica e percuciente. Por esta razão, dentre outras, confio que fique, então, justificada a decisão de sua publicação, firmada no longo processo de avaliação editorial.

Ao encerrar este Editorial, cumprindo uma das “boas práticas” da cultura acadêmico-científica, mas também expressando o apreço institucional e pessoal pelo apoio dado à Revista, cabe-me mencionar os pesquisadores que colaboraram mais diretamente com sua opinião e sugestões sobre os artigos publicados nos dois números do volume 17 e

sobre aqueles a cujos autores encaminhamos nossos motivos de impossibilidade de publicação. São eles: Benno Sander, Carlos Roberto Jamil Cury, Denise Leite, Edivaldo Boaventura, Eliana Pereira Póvoas, Flavia Werle, Katia Siqueira de Freitas, Luiz Fernando Dourado, Marcelo Soares da Silva, Maria Estela Dal Pai Franco, Maria Luiza Barbosa Chaves, Rinalva Cassiano Silva, Vani Kenski, Vicente Madeira e Walter Garcia.

A palavra finalíssima tem que ser de despedida destas páginas. Completo, neste número, o compromisso firmado, em março de 2000, com nossa Presidente, Rinalva Cassiano Silva, e com o Conselho Deliberativo da ANPAE, de assumir a responsabilidade de ser a editora desta Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, na gestão 2000-2001, atualizando o fluxo de publicação. Produziram-se 7 números (desde o vol.14, n.2 - correspondente a 1998), com o total de 60 textos, dentre 77 que foram examinados. Reconheço que pretendíamos todos que esta tarefa fosse realizada em menor tempo do que foi efetivamente possível cumprir. Os motivos desta demora podem ser creditados, em parte, tanto aos padrões de qualidade adotados quanto pela complexidade das atividades requeridas, envolvendo muitos colaboradores, com seus tempos e movimentos, conquanto sempre prontos a acolher sugestões e solicitações propiciadas pelo trabalho de editoração; mas também, por certo, a minhas limitações pessoais para dar conta desta junto com outras responsabilidades profissionais e de cidadania. Felizmente, com a estratégia de iniciar paralelamente a produção dos números de 2001 e 2002, aceleraram-se as condições para a realização da meta de completa atualização.

O reconhecimento agradecido aos colegas e colaboradores, pela oportunidade de trabalhar como editora desta Revista, por um segundo período, será sempre difícil pelo número de envolvidos e arriscado pelo esquecimento involuntário de pessoas ou de gestos. Por isso, resigno-me a nomear os coletivos, em quem encontrei indubitável apoio e inspiração para superar as eventuais tensões: o Conselho Deliberativo da ANPAE e o Conselho Editorial; os autores que enviaram artigos e os consultores que os avaliaram; e a equipe da Presidência da ANPAE, que tratou com provada competência da produção gráfica. Exceções ficam no para agradecimento especial a Vani Kenski, com quem compartilhei a responsabilidade pela Diretoria de Publicações no biênio, renovando a prazerosa experiência de trabalho em gestão anterior, e para reiterar o agradecimento a Rinalva Cassiano Silva, que acolheu a sugestão de colegas, permitindo-me mais este trabalho para a Revista e que exercitou sua compreensão e paciência até que chegássemos à finalização destes 7 números da RBPAE.

Continuarei sempre atenta e disponível para contribuir no desenvolvimento deste projeto central nas atividades da ANPAE, que é a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, como membro do Conselho Editorial da no biênio 2002-2003.

Maria Beatriz Luce